MODELO DE PETIÇÃO

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA.

TÍTULO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO. INICIAL

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da Central de Cumprimento de Sentença das Varas da Fazenda Pública da Comarca de ...

- sob o pálio da gratuidade da justiça -

ação originária n. ...

...ª Vara da Fazenda Estadual de ...

MASSA FALIDA DE ..., CNPJ n. ..., autora/exequente, por seu síndico *in fine* assinado, Dr. ..., OAB/..., ... com endereço profissional na (endereço), vem, respeitosamente, promover o presente cumprimento definitivo de sentença de obrigação de pagar quantia certa [CPC, arts. 534 e 535], contra o ESTADO DE ..., pessoa jurídica de direito público, CNPJ ..., sito endereço para fins de citação da Advocacia Geral do Estado-AGE na (endereço), representado nos autos originários pelo Procurador do Estado de ..., Dr. ..., OAB/... ...[[1]](#footnote-1), pelas razões de direito adiante articuladas:

I. FORMAÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO

1. A exequente teve sua falência decretada em ... pela extinta ...ª Vara Empresarial de ..., processo n. ..., tendo sido nomeado em substituição ao anterior síndico, o signatário/advogado, Dr. ..., inscrito na OAB/... sob o número ... [doc. n. ...].

2. Em ... a ora exequente distribuiu “*ação de indenização por ato ilícito*” contra o ESTADO DE ... e o BANCO ... perante a ...ª Vara da Fazenda Pública do Estado de ..., processo n. ... [NU ...], pedindo a condenação solidária dos réus para ressarcir à autora o valor de R$ ... [...], tendo-lhe sido deferida a gratuidade da justiça --- doc. n. ...

3. Através de sentença de primeiro grau foi julgado improcedente o pedido inicial contra ambos os réus/ESTADO DE ... e BANCO ... --- doc. n. ...

4. A exequente aviou embargos de declaração com efeito modificativo QUE FORAM PARCIALMENTE ACOLHIDOS para condenar o ESTADO DE ...:

- ao pagamento de R$ ... [...], corrigido monetariamente desde o trânsito em julgado da decisão que julgou a ação revocatória (Processo n. ...); e juros de mora a partir da citação, nos termos do artigo 1º-F, da Lei n. 9.494 de 1.997, com redação dada pela Medida Provisória n. 2.180-35, de 2001, até 29 de junho de 2009. A partir de 30 de junho de 2009, será corrigido e acrescido de juros de mora, nos termos do artigo 1º-F, da Lei n. 9.494 de 1.997, com redação da pela Lei n. 11.960, de 2009. Condenado o Estado de ... ao pagamento de honorários de sucumbência fixados em R$ ...[...], corrigidos monetariamente a partir da publicação desta sentença e juros de mora nos termos da Lei n. 9.494, de 1997, com redação dada pela Lei 11.690 de 2009, a partir do trânsito em julgado desta decisão. Com relação ao BANCO ... julgou improcedente o pedido inicial, com resolução do mérito. Condenou a MASSA FALIDA ao pagamento de 50% das custas e despesas processuais, bem como a honorários advocatícios em favor do BANCO ... no valor de R$ ... [...] ---doc. n. ...

5. Interpuseram apelações distintas a MASSA FALIDA/exequente, o ESTADO DE .../executado e o BANCO ..., cadastradas sob o número ... [NU ...], distribuída para a colenda ...ª Câmara Cível do TJ.., relatoria da Des. ...

6. Foi DADO PARCIAL PROVIMENTO à apelação interposta pela MASSA FALIDA/exequente e NEGADO PROVIMENTO às apelações interpostas pelo ESTADO DE ... e BANCO ... com a seguinte ementa:

(descrever a ementa)

7. O voto condutor, seguido pelos seus pares, depois da análise dos autos e dos recursos, assim concluiu em sua parte dispositiva, especialmente no que concerne ao valor do *quantum* indenizatório:

“*Em face do exposto, dou parcial provimento ao primeiro recurso para condenar o Banco ... (sucessor do Banco ...), a responder, solidariamente com o Estado de ..., pelo valor da indenização; determinar que sobre o valor da condenação deverá incidir os juros de mora, a partir do trânsito em julgado da ação revocatória (Súmula n. 54 do STJ), no percentual de 1% (um por cento), até ..., e a partir de ,,,, conforme constou da r. sentença, deve ser observado o artigo 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09; bem como para majorar o valor dos honorários advocatícios, devidos pelos réus, fixando-os no valor de R$ ... (...), e nego provimento ao segundo recurso, mantendo no mais a r. sentença.*

*Em razão da modificação da sentença, para condenação do Banco ... e da sucumbência mínima da parte autora, condeno os réus ao pagamento das custas processuais e recursais, bem como dos honorários advocatícios, fixados no valor de R$ ...(...), ressalvando a isenção legal conferida ao Estado de* ...”

8. Insta pontuar que o valor da indenização foi de R$ ... [...], conforme também destacado no voto da relatora [doc. n. ...].

9. Foram REJEITADOS OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS interpostos pelos contendores MASSA FALIDA DE ..., ESTADO DE ... e BANCO ...[doc. n. ...].

10. Interpuseram recursos especiais a MASSA FALIDA DE ..., o BANCO ... e o ESTADO DE ... (doc. n. ...)

11. Interpuseram recursos extraordinários o BANCO ... e o ESTADO DE ... [doc. n. ...].

12. Foram ADMITIDOS os Recursos Especiais interpostos pela MASSA FALIDA DE ... e do BANCO ... e INADMITIDO o Recurso Especial aviado pelo ESTADO DE ... [doc. n. ...].

13. O ESTADO DE ... não recorreu [AResp] contra a decisão que inadmitiu a decisão que inadmitiu o recurso especial por ele interposto.

14. Foram INADMITIDOS os Recursos Extraordinários interpostos pelo BANCO ... e ESTADO DE ... [doc. n. ...].

15. O ESTADO DE ... não recorreu [AResp] contra a decisão que inadmitiu a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário por ele interposto.

16. O BANCO ... interpôs Agravo contra a inadmissão do Recurso Extraordinário [doc. n. ...]

17. No Superior Tribunal de Justiça o Recurso Especial interposto pelo BANCO ... foi cadastrado sob o número ..., relatora a Ministra ..., ...ª Turma. E o Agravo contra inadmissão do Recurso Extraordinário também interposto pelo BANCO ... ficou sobrestado aguardando o julgamento do recurso especial acima[[2]](#footnote-2).

18. A MASSA FALIDA DE ... e o BANCO ... formalizaram acordo/transação através do documento denominado “*INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO E TRANSAÇÃO*”, estabelecendo que:

- através do referido acordo estariam encerrando os litígios entre as partes acordantes nos autos da ação indenizatória;

- o BANCO ITAÚ S.A. pagaria à MASSA FALIDA o valor de R$ ... [...] no prazo de ate 10 [dez] dias úteis da publicação da decisão de homologação do acordo a ser juntado nos autos do Cumprimento Provisório n. ..., mediante depósito judicial à disposição do juízo falimentar da ...ª Vara Empresarial da Comarca de ..., vinculado aos autos do processo nº ..., condicionado o levantamento à homologação pelo Juízo da ...ª Vara Estadual de ...;

- ficará facultado à MASSA FALIDA de .... promover oportunamente a execução definitiva do saldo remanescente do débito nos autos n. ..., exclusivamente em face do ESTADO DE ..., que em ... totalizava a importância de R$ ... [...], que não faz parte do presente ajuste, desobrigando o ... de qualquer valor que não seja acordado nesta transação;

- as partes irão requerer por meio de petição conjunta, a homologação do presente acordo nos autos do Cumprimento Provisório n. ..., com a consequente extinção, baixa e arquivamento daquele cumprimento, bem como para a exclusão do BANCO ... da ação ordinária que o originou [processo n. ...], em razão deste acordo parcial do débito devido;

- o BANCO .... se compromete ainda a requerer tão logo seja certificado o trânsito em julgado da decisão homologatória deste acordo a desistência de seus recursos em trâmite perante os Tribunais Superiores, *in casu*, o Agravo de Instrumento contra a inadmissão do Recurso Extraordinário [CPC, art. 998], sem qualquer ônus às partes;

- a MASSA FALIDA DE ... desistirá parcialmente do seu Recurso Especial, limitando-o tão somente ao pedido de majoração da verba sucumbencial arbitrada pelo TJ..., provenientes da ação indenizatória n. ..., procedendo a substituição processual necessária, cujo valor será cobrado tão somente do ESTADO DE ..., através de oportuno cumprimento de sentença definitivo, isentando o ... de qualquer obrigação neste particular, para os devidos fins de direito.

19. O BANCO ... procedeu ao depósito judicial do valor acordado de R$ ... [...] no dia ... [doc.13- Acordo protocolizado na ...ª Vara da Fazenda Estadual de ... e Depósito do valor acordado]:

20. Referida transação foi por sentença homologada pelo juízo da ...ª Vara de Fazenda Estadual de ... transitada em julgado [doc. n. ...].

21. A d. relatora, Min. ..., monocraticamente, acolheu os embargos de declaração com efeito infringentes aviados pela MASSA FALIDA DE ..., ao final NÃO CONHECEU DA PARTE REMANESCENTE DO RECURSO ESPECIAL, relativo à majoração da verba honorária sucumbencial [doc. n. ...].

22. Insta pontuar que a MASSA FALIDA DE ... apenas executa contra o ESTADO DE ... a parte do título judicial exequendo referente ao valor da indenização, cuja matéria sub judice transitou em julgado, vez que a discussão e eventual cumprimento de sentença da verba honorária sucumbencial será de interesse e legitimidade apenas do advogado, Dr. ..., inscrito na OAB/... sob o número ...[[3]](#footnote-3) [doc. n. ...].

23. Este o “*Demonstrativo Atualizado do Crédito*”, obediente aos critérios do título judicial e ao regramento do art. 534 do CPC:

- para fins de correção monetária...termo a quo... ação revocatória n. ... [NU ...]: sentença/j. ... ... apelação/DJe ... ...Certificado o Trânsito em Julgado dia ...

- para fins de JUROS MORATÓRIOS...termo a quo...data da citação: ...

- valor a ser deduzido: R$ ... corrigido monetariamente a partir da data do depósito em ...

Demonstrativo de débito atualizado abaixo:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO- 01

Valor da indenização R$ ...

Fator de correção monetária ...\*

Valor crédito corrigido mon. R$ ...

Juros de Mora R$ ...\*\*

Crédito atualizado R$ ...

\* correção monetária desde a publicação do acórdão, corrigido a partir de ... pela tabela do TJ... de ...;

\*\* juros de mora 1% ao mês a partir da citação em ... a ... = 9%;

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO - 02

Valor da indenização R$ ...

Índice de correção no período ...\*

Valor crédito corrigido mon. R$ ...

Juros de Mora R$ ...\*\*

Crédito atualizado R$ ...

\* correção monetária desde ... até ... (data do depósito parcial), utilizando-se os índices aplicados à caderneta de poupança;

\*\* juros de mora 0,5% ao mês desde ... até ... (data do depósito parcial), nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/1997 = 0,5% x 114 meses = 57%.

Crédito atualizado R$ ...

Deduzido valor depositado em ... R$ ...

Valor do crédito em ... R$ ...

[doc. n. ...]

1. Nome e CNPJ do exequente: MASSA FALIDA DE ..., CNPJ n. ...

2. Índice de correção monetária adotado: 1% ao mês a partir do trânsito em julgado da ação revocatória até a data de ... e a partir de ... aplicação do índice de juros da caderneta de poupança [atualmente em 0.34% ao mês].

3. Juros aplicados e as respectivas taxas: juros de mora 1% ao mês a partir da citação em ... a ...; juros de mora 0,5% ao mês desde ... até ... (data do depósito parcial), nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/1997

4. Termo inicial e final dos juros e correção monetária atualizados: Termo inicial [trânsito em julgado da ação revocatória] ... a ..., a partir da data de ... passa a incidir o valor dos juros aplicados à caderneta de poupança.

5. Periodicidade da capitalização dos juros: mensal

6. Especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados: desconto de R$ ... [...] referente ao valor parcialmente depositado na data de ...

[doc. n. ...]

II. PEDIDOS

24. ***Ex positis***, o exequente requer:

a) seja por meio eletrônico intimado o ESTADO DE ... na pessoa do seu representante legal, para, querendo, no prazo de 30 [trinta] dias e nos próprios autos, impugnar a presente execução no valor de R$ ... [...] dentro das premissas elencadas no art. 535 do CPC;

b) não impugnada a execução ou rejeitas eventuais arguições do executado, seja determinada a expedição de precatório em favor da massa falida exequente, pelo valor exequendo, dirigido ao presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ..., observados os dispositivos constitucionais;

c) a produção de provas em direito admitidas, sobremaneira a pericial/contábil;

d) o cadastramento do signatário para as vindouras publicações.

Valor da causa: R$ ...

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. Tratando-se da Fazenda Pública, os procuradores judiciais ocupantes de cargos públicos privados de advogados regularmente inscritos têm capacidade postulatória e a representação decorre de lei pela condição funcional, sendo dispensável a apresentação de instrumento de mandato [STJ, AgInt no Resp 1.600.019/RS, DJe 14.10.2016]. [↑](#footnote-ref-1)
2. CPC, art. 1.031. Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. § 1º. Concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário, se este não estiver prejudicado. [↑](#footnote-ref-2)
3. Lei 8.906/94-EOAB, art. 23 c.c. CPC, art.85, § 14. [↑](#footnote-ref-3)